



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Identificação
Área de Avaliação: ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA
Coordenador de Área: CARLOS ALBERTO STEIL
Coordenador-Adjunto de Área: CARLOS FAUSTO
Modalidade: Acadêmica

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Área é constituída por dois campos distintos de saberes: Antropologia e Arqueologia. Após um período de certa estabilidade, a Área se encontra atualmente num momento de grande expansão. Em 2000 a Área possuía 10 programas de pós-graduação. No triênio de 2001 a 2003 foram criados cinco novos programas e de 2004 a 2008 seis, mais que dobrando o seu número nos últimos sete anos. Esta expansão acompanha a política científica do país de descentralização da produção acadêmica e abertura de novos programas nas regiões Norte e Nordeste. Também busca responder à demanda da sociedade por profissionais formados em antropologia e arqueologia para o ensino, a pesquisa e a atuação nos âmbitos governamental e não-governamental. As políticas sociais voltadas para as sociedades indígenas e remanescentes de quilombos, assim como o resgate da cultura material em sítios arqueológicos, atingidos por obras públicas e de empresas privadas, como estradas e barragens, tem criado um extenso mercado de trabalho para antropólogos e arqueólogos no país.

A Área conta atualmente com 21 programas, sendo 15 de Antropologia Social (11 com mestrado e doutorado); 2 de Arqueologia (ambos com mestrado e doutorado), um de Arqueologia (mestrado); 2 que combinam Antropologia e Arqueologia (mestrados) e um mestrado profissional em Gestão do Patrimônio Cultural. Além dos programas da área, a formação profissional em Antropologia e Arqueologia se realiza em programas de Ciências Sociais e História, respectivamente.

Quanto às suas trajetórias na pós-graduação, a Antropologia e Arqueologia no Brasil, apresentam temporalidades, redes de relações e inserções acadêmicas diferenciadas. Enquanto a Antropologia teve seu primeiro curso de mestrado criado em 1968, no Museu Nacional/UFRJ, e o primeiro doutorado, na USP, em 1972, a Arqueologia teve seu primeiro programa autônomo, com mestrado e doutorado, criado em 1989, na USP, e o segundo mestrado em 2003, na UFPE. Esta defasagem entre estes dois campos de conhecimento se deve, em grande medida, ao fato que a pós-graduação em Arqueologia no Brasil esteve marcadamente vinculada à História, alcançando sua autonomia acadêmica recentemente, ao passo que a Antropologia, embora estivesse vinculada às Ciências Sociais em nível de graduação, a pós-graduação se estruturou de forma autônoma desde o seu início. Nos últimos anos, no entanto, observa-se uma tendência crescente à uma maior vinculação entre a Antropologia e a Arqueologia, reiterando uma relação que marca a constituição destes dois campos científicos na tradição norte-americana, onde se articulavam “os quatro campos” – a Antropologia Cultural, a Bioantropologia, a Linguística e Arqueologia – como saberes conexos. Apesar desta aproximação pela vertente norte-americana, as tradições que constituíram estes dois campos científicos no Brasil são diversas, de modo que se podem observar aproximações e distanciamentos entre Antropologia e Arqueologia.

O crescimento da Área pode ser aquilatado através da evolução do número de mestres e doutores formados no período de 1992 a 2006. Como se pode verificar no quadro abaixo, embora a Área



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

apresente uma variação progressiva no número de titulações ao longo dos últimos catorze anos, houve uma aceleração do crescimento nos dois últimos triênios. Assim, a comparação quanto às titulações entre 1992-2000 e 2001-2006 mostra um crescimento de 53%. Deve-se também atentar para o aumento significativo, no último triênio, no número de doutorados concluídos, de 99 no período de 2001-2003, passou para 159 em 2004-2006, ou seja, um crescimento de 60% em relação ao triênio anterior.

QUADRO I - EVOLUÇÃO DAS TITULAÇÕES -1992-2006 Área de Antropologia e Arqueologia

Período	1992/93	1994/95	1996/97	1998/2000	2001/2003	2004/2006	Total
Doutores	24	26	39	91	99	159	438
Mestres	128	120	166	283	328	440	1465
Total	152	146	205	374	427	599	1903

A mesma tendência de crescimento se observa na produção discente de teses e dissertações, assim como de artigos em periódicos científicos, livros e capítulos de livros. A produção discente teve um salto de crescimento das teses em relação às dissertações entre 1992 a 2000, passando de 15,7% de teses e 84,% de dissertações em 2000 para a relação de 26,5% de teses para 73,4% de dissertações. Embora o número absoluto de teses de doutorado tenha crescido significativamente nos últimos anos, o surgimento de novos programas apenas com mestrado tem mantido a sua relação constante. Quanto à produção de artigos, a Área alcançou a marca de 1000 artigos no triênio 2004-2006, sendo 69% de autoria de docentes e 31% de discentes. Do total dos artigos dos docentes, 51% foram publicados em periódicos classificados nos estratos A e B1. No período de 1996 a 2006, houve um crescimento da proporção das publicações no exterior que passou de 14,5% para 23,8% do total de artigos publicados. Da mesma forma, houve um aumento significativo na produção de livros, capítulos de livros e organização de coletâneas. Entre 2001 e 2006 houve um crescimento de 32% de obras integrais e 58% de coletâneas publicadas pelos docentes, enquanto o número de capítulos de livros dobrou, passando de 367 para 733.

Quanto às perspectivas e tendências atuais, observa-se um movimento de criação de cursos de Arqueologia e Antropologia em nível de graduação que possivelmente terá grande impacto sobre a pós-graduação. Tradicionalmente a formação de arqueólogos e antropólogos no país se deu no âmbito da pós-graduação, a qual recrutava seus estudantes principalmente nos cursos de história e de ciências sociais respectivamente. A partir de 2004, foram criados 9 cursos de bacharelado em Arqueologia no país, e dois em antropologia e arqueologia. A Antropologia, no mesmo período, também tem assistido à criação de novos cursos e ao desmembramento de cursos de Ciências Sociais que dão origem a cursos de graduação em antropologia. Embora os primeiros cursos de Arqueologia e o de Antropologia tenham surgido em universidades privadas, os mais recentes surgiram nas universidades públicas.

A comunidade antropológica brasileira desponta no cenário internacional como a terceira maior comunidade nacional, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão. Este crescimento quantitativo vem acompanhado de um crescimento qualitativo que se reflete na sua produção teórica e empírica, na qualificação de seu pessoal científico e na consolidação de suas instituições associativas e de docência. Embora com um número bem menor de profissionais a Arqueologia



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

está num processo acelerado de crescimento interno e de reconhecimento no exterior.

A internacionalização da área pode ser auferida a partir de quatro aspectos. O primeiro diz respeito à maturidade e relevância de sua produção acadêmica, que tem acrescentado ao debate internacional uma marca de originalidade pela forma como se faz antropologia no país. O segundo refere-se ao papel que a Antropologia brasileira tem ocupado na formação de novos antropólogos na América Latina e nos países de língua portuguesa da África, assim como a colaboração de antropólogos brasileiros na estruturação das instituições de ensino em nível de pós-graduação e graduação nestes países. Um terceiro aspecto tem a ver com a internacionalização dos sítios de pesquisa. Ou seja, nos últimos anos, os antropólogos brasileiros têm deixado de estudar a diversidade de sua própria sociedade e se aventurado por outros países e continentes. O que está colocando novos desafios e possibilidades de crescimento e inovação acadêmica para a Área. Por fim, há que se destacar a liderança da Antropologia e da Arqueologia e o papel das suas associações, especialmente a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), no estímulo e realização de congressos regionais, como a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) e a Reunião Equatorial de Antropologia (REA), ao lado de outros eventos regionais e internacionais de âmbito internacional.

II. Considerações gerais sobre a Ficha de Avaliação para o Triênio 2007-2009

No que concerne as decisões que cabem à área em relação a Ficha de Avaliação para o triênio 2007-2009, foi escolhida a alternativa que estabelece a ponderação de 40% para a produção intelectual e 30% para a produção discente. Em relação às alternativas aos quesitos Corpo Docente e Inserção Social, a Área decidiu pela proporção de 20% para o Corpo Docente e 10% para Inserção Social.

III. Considerações gerais sobre o Qualis Periódicos, Roteiro para Classificação de Livros e os critérios da Área para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS PERIÓDICOS

Periódico científico é uma publicação seriada, arbitrada por pares e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica. Para ser considerado periódico científico o mesmo deve conter, obrigatoriamente, os seguintes itens: editor responsável; conselho editorial, ISSN, linha editorial; expediente; periodicidade e regularidade; avaliação por pares; afiliação institucional dos autores; resumo, *abstract* e descritores. Embora não seja requisito indispensável, é recomendável que o periódico esteja disponível em formato digital para acesso *on line*, com garantia de acesso e preservação de todos os números.

Considerando que poucos títulos de periódicos, no domínio das ciências sociais e das humanidades, contam com indicadores de impacto, a classificação dos periódicos na área se fará levando-se em conta sobretudo a natureza do vínculo dos autores com a instituição responsável pela publicação e a sua inclusão em bancos de dados e indexadores de referência no campo científico.

Os periódicos são classificados nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e aqueles considerados impróprios terão classificação "C" e não receberão pontuação. A classificação seguirá critérios de mérito, segundo os parâmetros gerais de edição acima indicados, sendo requisitos formais mínimos para cada estrato os perfis que se seguem.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Estrato C

Periódicos considerados impróprios ou que não atendem aos critérios explicitados acima. Periódicos com publicação encerrada. Publicações que não possam ser classificadas em outras modalidades, como revistas de divulgação, anais ou documentação técnica.

Estrato B 5

Periódicos que atendem aos critérios mínimos da definição de periódico científico explicitados acima, sem quaisquer das exigências adicionais descritas nos estratos subseqüentes.

Estrato B 4

(a) Publicar pelo menos 20% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume, (b) possuir conselho editorial com representação regional, (c) ter circulação regional, por meio de assinaturas/permutas e (d) ter periodicidade regular em sua edição impressa e na versão *on line*, quando for o caso.

Estrato B 3

(a) Publicar pelo menos 30% de artigos (inclusive resenhas, entrevistas), cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume; (b) possuir conselho editorial com representação nacional, (c) ter circulação nacional, por meio de assinaturas/permutas, (d) estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional e (e) ter periodicidade regular em sua edição impressa e na versão *on line*, quando for o caso.

Estrato B 2

(a) Publicar pelo menos 45% de artigos, cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume, (b) possuir conselho editorial com representação internacional, (c) ter circulação nacional, por meio de assinaturas/permutas, (d) estar disponível em pelo menos 2 bases de dados ou indexadores internacionais e (e) ter periodicidade regular em sua edição impressa e na versão *on line*, quando for o caso.

Estrato B 1

(a) Publicar pelo menos 60% de artigos, cujos autores sejam vinculados a pelo menos 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume, (b) possuir conselho editorial com representação nacional e internacional de diferentes instituições, (c) ter circulação internacional, por meio de assinaturas/permutas, (d) estar disponível em pelo menos 3 bases de dados ou indexadores internacionais, (e) disponibilidade em indexadores ou bibliotecas virtuais tipo SciElo, SEER ou correspondentes internacionais, (f) estar atualizado com todos os números do ano anterior, publicados até 31 de março do ano seguinte.

Estrato A2

(a) Publicar pelo menos 75% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume, (b) possuir conselho editorial com representação nacional e internacional, (c) publicar pelo menos 1 artigo, por volume, com autores ou co-autores filiados a instituições estrangeiras, (d) estar atualizado com todos os números do ano anterior, publicados até 31 de março do ano seguinte; (d) estar disponível em indexadores ou bases de dados do tipo SciElo ou correspondente internacional.

Estrato A1

Periódicos de destacada qualidade devidamente demonstrada e necessariamente superiores a todas as exigências estabelecidas para o Estrato A2.

PESOS: A1 = 100; A2 = 85; B1 = 70; B2 = 60; B3 = 40; B4 = 30; B5 = 10.

Obs.: a área não utiliza fator de impacto.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

ROTEIRO PARA CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

1. Definição de Livro:

Compreende-se por livro o produto impresso ou eletrônico que possua ISBN (ou ISSN (para obras seriadas), contendo no mínimo 50 páginas, publicado por uma editora pública ou privada, por associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

2. Critérios de seleção:

A avaliação de livros será aplicada exclusivamente para classificação da *produção intelectual que resulte de investigação nas suas diferentes modalidades*. Serão consideradas: obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, anais (texto completo), obras didáticas e paradidáticas, desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção.

3. Instrumento de Avaliação

Parte I: Dados de Identificação da Obra

Os dados de identificação da obra serão preenchidos para todos os produtos classificados como livro e elegíveis para qualificação.

Parte II: Avaliação pela Comissão de classificação de Livros

Dados mínimos: compreendem os requisitos ISBN ou ISSN, ficha catalográfica, número mínimo de 50 páginas e autoria por docente e/ou discente de programa de pós-graduação.

Aspectos formais: compreendem características de autoria, editoria e informações adicionais sobre fontes de financiamento, reedição, prêmios etc. As informações adicionais correspondem a aspectos que podem valorizar a obra, mas não são itens obrigatórios da avaliação.

Tipo e natureza do texto: considera a natureza científica e o tipo de obra avaliada: obra integral, coletânea, tratado, dicionário, enciclopédia etc.

Parte III: Avaliação do conteúdo da obra

A avaliação de conteúdo será baseada em três quesitos: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto.

Relevância: Contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; Contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; Atualidade da temática; Clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; Rigor científico (estrutura teórica); Precisão de conceitos, terminologia e informações; Senso crítico no exame do material estudado; Bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; Qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Inovação: Originalidade na formulação do problema de investigação; Caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; Contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.

Potencialidade do Impacto: Circulação e distribuição prevista; Língua; Re-impressão ou re-edição; Possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.

INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS

Parte I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Título da Obra:	
Autores (livro) ou Organizadores (coletânea) (especificar se for docente ou discente do Programa):	
ISBN:	
Editora:	
Local da edição (cidade/pais):	
Número de Páginas:	
Ano da primeira edição:	
Número e ano da edição enviada:	
Tiragem:	
Formato (impresso ou eletrônico):	
Referência completa do Livro / Coletânea (adotar ABNT):	
Numero de capítulos da coletânea:	
Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-Graduação, título e páginas de cada capítulo:	
Vinculação do livro/coletânea a linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:	
Resumo do livro/Coletânea: (ementa)	
Informações complementares (informações sobre a participação de docentes/discentes de outros programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiros, etc.):	
PARTE II: ASPECTOS FORMAIS DA OBRA	
SEÇÃO 1: CARACTERIZAÇÃO DA OBRA	
	Pontuação máxima por item
Nominata do Conselho Editorial na obra	2
Apresentação de uma síntese da obra na orelha ou na contra-capla	1
Apresentação do autor com filiação institucional, principais obras e/ou breve biografia intelectual	1
Existência de índice de autores e/ou temas	2
Normalização consistente e uniforme dentro de padrão reconhecido	2
Publicação em português	2
Publicação noutro idioma, bilíngue ou trilingue	3
Impresso	3
Brasil	3
Exterior	4
Apenas Eletrônico	1



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

PONTUAÇÃO MÁXIMA DA SEÇÃO 1		15	
SEÇÃO 2: NATUREZA DA OBRA E DA AUTORIA			
Integral	Obra integral de um único autor	25	
	Obra integral de mais de um autor	de diferentes países de um só país	25 20
Coletânea	Composta por ensaios de um único autor	20	
	Composta por capítulos de diferentes autores	de países diferentes	25
		de diferentes programas no país do mesmo programa no país	20 15
Livro didático	Obra integral de um ou mais autores	15	
	Composta por capítulos de diferentes autores	de países diferentes de mesmo país	15 10
Livro paradidático ou de divulgação científica	Obra integral de um ou mais autores	15	
	Composta por capítulos de diferentes autores	de países diferentes de mesmo país	15 10
Dicionário	Composta por verbetes de autores	de países diferentes	15
		de mesmo país	10
Enciclopédia	Composta por verbetes de diferentes autores	de países diferentes	15
		de mesmo país	10
Catálogo de exposição	Integral de um ou mais autores	15	
	Composta por capítulos de diferentes autores	de países diferentes de mesmo país	15 10
Anais de congresso	Composto por textos completos de diferentes autores (resumos não são considerados)	de países diferentes	10
		de mesmo país	05
PONTUAÇÃO MÁXIMA DA SEÇÃO 2 -		25	



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

SEÇÃO 3: PREMIAÇÃO E FINANCIAMENTOS				
1	Premiação	Prêmio conferido à obra em si	Internacional	5
			Nacional	4
			Estadual	3
		Prêmio conferido ao texto que deu origem à obra	Internacional	4
			Nacional	3
			Estadual	2
2	Financiamento para publicação (apenas mediante edital)	Agência ou fundação de pesquisa	Internacional	3
			Nacional	2
			Estadual	1
		Empresa	Pública	2
			Privada	1
PONTUAÇÃO OBTIDA NA SEÇÃO 3				
PONTUAÇÃO OBTIDA NA PARTE II (SEÇÃO 1 + SEÇÃO 2 + SEÇÃO 3)				
PONTUAÇÃO MÁXIMA DA PARTE II				40
FATOR DE CORREÇÃO				
Primeira Edição			100%	
Reedição revista e atualizada da obra			60%	
PARTE III: ANÁLISE QUALITATIVA DA OBRA				
1	Apresentação e cuidado gráficos			5
2	Organicidade e coerência			15
3	Abrangência e pertinência da discussão			15
4	Relevância da obra e potencial de impacto			15
5	Inovação e originalidade			10
PONTUAÇÃO MÁXIMA DA PARTE III				60
PONTUAÇÃO E PONDERAÇÃO				



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Pontuação por estrato: Os estratos são definidos por meio da sua pontuação na ficha de avaliação de acordo com os intervalos apresentados abaixo:

L4 = 85 - 100 pontos

L3 = 70-84 pontos

L2 = 50-69 pontos

L1 = 30-49 pontos

NC = menos de 29 pontos ou não atender aos requisitos de definição de livro

Estrato	Livro ou coletânea	Capítulo	Apresentação, prefácio, verbete
L4	100	25	15
L3	85	20	10
L2	70	15	5
L1	50	10	2
NCL	0	0	0

Relação dos capítulos com o Livro: os capítulos são considerados tendo a unidade de referência o livro no qual foram publicados.

A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral para fins de avaliação da produção do programa.

Um mesmo autor pode pontuar no máximo dois capítulos incluídos na mesma obra.

IV. Ficha de Avaliação para o Triênio 2007-2009

Quesitos / Itens	Peso *	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular. <i>Considera-se que a estrutura curricular de um Programa deve ter um impacto relevante na constituição temática e teórico-metodológica de seus projetos, linhas de pesquisa e áreas de concentração, contribuindo assim de maneira decisiva para o desenho da proposta.</i>	40%	A proposta do programa deve conter observações sobre: - o histórico de constituição do grupo; - o perfil acadêmico pretendido, coerente com a formação oferecida; - os objetivos precisos, metas já realizadas e a serem alcançadas; - a observância das convenções acadêmicas; - as linhas de pesquisa ajustadas às

* Peso do Quesito na nota final e peso do Item dentro do Quesito



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		<p>áreas de concentração do programa e de especialização do corpo docente;</p> <ul style="list-style-type: none">- a proposta curricular capaz de proporcionar formação teórica e metodológica que contemple bibliografia de referência nacional e estrangeira;- a distribuição equilibrada entre disciplinas obrigatórias teóricas e de metodologia, seminários de projetos e disciplinas eletivas de caráter temático.- a articulação entre objetivos, estrutura curricular, projetos e linhas de pesquisa;- os meios físicos e organizacionais para realização dos projetos de investigação, como laboratórios, núcleos de pesquisa, biblioteca etc.;- a produção acadêmica compatível com a com a área de concentração, as linhas e os projetos de pesquisa;
<p>1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p> <p><i>São consideradas especialmente estratégias pedagógicas inovadoras e consistentes, assim como o planejamento na gestão do programa e as iniciativas de auto-avaliação.</i></p>	20%	<p>O planejamento do programa deve levar em conta:</p> <ul style="list-style-type: none">- a identificação dos desafios e as metas necessárias para superá-los;- propostas de mudança estatutária e organizacional;- articulação em redes nacionais e internacionais, mediante convênios e participação em editais;- planejamento de publicações e divulgação de conhecimentos em fóruns acadêmicos;- processos de auto-avaliação institucional- acompanhamento de egressos mediante cadastro e redes de comunicação;- plano para capacitação e estágios de pós-doutorado para os docentes;- programas eletrônicos para acompanhamento do fluxo dos alunos e de suas atividades.
<p>1.3. Infra-estrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	40%	<p>A infra-estrutura deve oferecer:</p> <ul style="list-style-type: none">- salas para coordenação e secretaria do programa;- salas de aulas equipadas com recursos audiovisuais e de informática;- laboratórios que articulem



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

		núcleos, linhas e projetos de pesquisa; - equipamentos de informática e multimídia e acesso à Internet para docentes e discentes; - biblioteca com acervo clássico e atualizado de livros, periódicos e documentos nacionais e estrangeiros.
2 – Corpo Docente	20%	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p> <p><i>O corpo docente deve ser constituído, em sua totalidade, por docentes portadores do título de doutor. A proposta deve contemplar um mínimo de 7 docentes, pertencentes ao núcleo permanente em regime de dedicação integral à IES à qual a proposta está vinculada, para o mestrado e 8 para o doutorado. Esse número nunca pode ser inferior a 70% de todo o corpo docente, nos termos dos regulamentos da CAPES.</i></p>	20%	O corpo docente será avaliado pela: - titulação compatível dos docentes permanentes com a proposta do programa; - diversificação dos docentes em relação às instituições nas quais se doutoraram; - proporção entre o tempo de doutorado dos docentes; - bolsas de Produtividade em Pesquisa (CNPq); - estágio de pós-doutorado no Brasil e no exterior; - coordenação e participação em projetos de pesquisa de âmbito nacional e internacional. - coordenação e participação em laboratórios e grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p> <p><i>É esperado que os docentes permanentes ministrem ao menos uma disciplina por ano no programa e estejam comprometidos com orientação de dissertações e teses.</i></p>	20%	- proporção de docentes do corpo permanente com responsabilidades na oferta de disciplinas obrigatórias, eletivas e seminários; - proporção de docentes do corpo permanente com orientação de discentes (mestrado e doutorado)
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p> <p><i>É esperado que as atividades de ensino, formação e produção de conhecimentos estejam distribuídas de modo equitativo entre os docentes.</i></p>	40%	- média de disciplinas oferecidas no triênio por docente do corpo permanente; - média de projetos de pesquisa por docentes do corpo permanente; - média de orientandos por docente do corpo permanente;
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso</p>	20%	- proporção de docentes do programa com carga didática na graduação; - proporção de docentes do programa com responsabilidade na orientação em iniciação científica, monografias de conclusão de curso e estágio docente;



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.		
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	30%	
<p>3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p> <p><i>Espera-se equilíbrio entre o número de ingressantes e o número de pós-graduados que concluíram seus cursos mediante depósito e defesa de seus trabalhos acadêmicos (dissertações ou teses). Dado que o número de ingressantes varia de acordo com os programas, o parâmetro para avaliação será o número médio de titulados/ano, na área, e seu respectivo desvio-padrão.</i></p>	40%	<p>O corpo discente será avaliado pela:</p> <ul style="list-style-type: none">- proporção de teses e dissertações defendidas por número médio de discentes no período;- proporção de teses e dissertações defendidas por número de docentes do corpo permanente no triênio.- relação dos temas das teses e dissertações com as linhas e os projetos de pesquisa do programa.
<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p> <p><i>Espera-se que as orientações estejam distribuídas de modo equitativo entre os docentes do corpo permanente.</i></p>	20%	<ul style="list-style-type: none">- média de orientações de teses e dissertações defendidas por docentes do corpo permanente.
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p> <p><i>A qualidade das teses e dissertações é avaliada através de sua publicação e prêmios obtidos.</i></p>	30%	<ul style="list-style-type: none">- proporção entre o número de teses e dissertações e o de artigos, capítulos de livros, trabalhos e resumos em anais publicados no período, relacionados aos trabalhos acadêmicos;- número de teses e dissertações premiadas por associações científicas e instituições de fomento à pesquisa;- diversidade na composição das bancas de defesa das teses e dissertações.
<p>3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.</p> <p><i>É esperado que o tempo médio para formação de mestres esteja dentro da média da área para mestrado (30 meses) e doutorado (54 meses).</i></p>	10%	<ul style="list-style-type: none">- tempo médio de titulação.
4 – Produção Intelectual	40%	
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.</p> <p><i>Espera-se que a produção intelectual dos docentes tenha regularidade, seja bem classificada, expresse os seus temas de pesquisa.</i></p>	40%	<p>Serão consideradas neste item:</p> <ul style="list-style-type: none">- a proporção de docentes permanentes com produção classificada pelo Qualis Periódicos e pelo Roteiro de Classificação de Livros da área no período;



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa. <i>Espera-se que o volume e a qualidade da produção bibliográfica estejam distribuídos de modo equitativo entre os docentes, sendo a concentração em poucos docentes avaliada negativamente.</i>	35%	- a média de publicações qualificadas por docente do quadro permanente no período; - o grau de concentração da produção qualificada por número de docentes do quadro permanente.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes. <i>A produção técnica que se expressa em vídeos etnográficos, exposições fotográficas, resumos e abstract publicados em eventos, laudos especializados, pareceres técnicos, relatórios de pesquisa, traduções, revisão técnica de obra científica, artigos de divulgação científica, material didático.</i>	25%	- a proporção de docentes do quadro permanente com produção técnica qualificada no período, segundo modalidade de publicação; - a média de publicações técnicas qualificadas por docente do quadro permanente no período; - o grau de concentração da produção técnica qualificada por docente do quadro permanente.
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente. Não considerada pela área.	NA	
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa. <i>Avalia-se qualitativamente neste item os impactos em termos educacional, social, tecnológico e econômico, considerando-se os seguintes aspectos: o intercâmbio de docentes com outras áreas, a participação em cursos de formação permanente para professores e outros profissionais, a formação de recursos humanos para a universidade e centros de pesquisa, a atuação no ensino fundamental e médio, na administração pública, empresas, no terceiro setor e na definição de políticas públicas e disseminação de técnicas e conhecimentos etc.</i>	45%	A inserção social levará em conta: - a relação de intercâmbios firmados para realização de cursos de extensão universitária; - os cursos de extensão oferecidos pelo programa; - o número de alunos e profissionais beneficiados e formados; - o número de relatórios técnicos, laudos, consultorias etc.; - as iniciativas de transferência de conhecimento e de técnicas para públicos não acadêmicos.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. <i>Espera-se que os programas melhor conceituados e consolidados exerçam um papel de liderança e partilha de experiência junto aos novos ou aqueles em fase de reformulação. Este item considera a existência de programas como Minter, Dinter, PQI, Casadinho e outras formas de colaboração interinstitucional.</i>	40%	- os intercâmbios firmados entre programas segundo modalidades e fontes de financiamento e fomento.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação. <i>Espera-se que os programas divulguem suas atividades e os</i>	15%	- manutenção de página web do programa com informações atualizadas sobre a proposta e estrutura do Programa, linhas e



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

<i>procedimentos adotados para seleção e formação de pós-graduandos, de forma transparente a fim de assegurar isonomia para os candidatos a mestres e doutores.</i>	projetos de pesquisa, financiamentos, produção bibliográfica, corpo docente, processo de seleção, projetos de intercâmbio e disponibilidade; - acesso às dissertações e teses, pela web, das teses e dissertações defendidas no programa;
---	--

V. Considerações e definições sobre atribuição de notas 6 e 7 – inserção internacional

As notas “6” e “7” são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado, classificados com nota “5” na primeira etapa de realização da avaliação trienal, e atendam necessária e obrigatoriamente duas condições: i) apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área, ii) tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área.

Para serem elegíveis às notas 6 e 7 os programas devem manifestar em sua atuação uma produção científica com inserção internacional, consolidação e liderança nacional na formação de recursos humanos para a pós-graduação e com inserção e impacto regional e nacional. Conforme entendimento da grande área de humanas, a produção científica com inserção internacional deve corresponder a 60% do total dos conceitos a serem atribuídos aos programas elegíveis para os conceitos 6 e 7; a consolidação e liderança nacional a 30% e a inserção e impacto regional e nacional a 10%.

A produção científica com inserção internacional compreende a publicação de resultados de pesquisa, sob a forma de artigos em periódicos científicos, livros e capítulo de livros qualificados, com destacadas proporção e média por docente nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis de Periódicos e no Roteiro de Classificação de livros da Área.

A diferença entre os conceitos 6 e 7 é alcançada por dois critérios: a) proporção do corpo docente com produção científica com inserção internacional; b) média dessa produção bibliográfica por docente ao ano.

A consolidação e a liderança nacional requerem que o corpo docente do programa elegível para os conceitos 6 e 7 tenha participação em: a) convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior; b) programas institucionais de cooperação internacional exigindo missões bilaterais de trabalho; c) conferências, mesas-redondas, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a área; d) promoção de eventos científicos internacionais; e) prêmios internacionais (com láurea e/ou como participação em júris internacionais); f) consultorias a organismos internacionais; g) comitês editoriais e como pareceristas de periódicos internacionais; h) redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados; i) corpos diretivos de comitês em associações científicas internacionais de grande relevância para a área; j) oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no exterior; l) estágios de formação pós-doutoral no exterior; m) obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais.

A inserção e o impacto regional e nacional do programa avaliam qualitativamente a capacidade de nucleação e irradiação dos programas elegíveis para os conceitos 6 e 7, levando-se em conta: a) a capacidade de recrutamento de estudantes de outros estados e países diferentes daqueles em que está situado o programa; b) a presença como docentes de egressos do programa em outros programas do país e do exterior; c) a colaboração com programas de pós-graduação no país e no exterior em processo de consolidação ou reformulação por meio de convênios, programas científicos de cooperação, acolhimento de pesquisadores associados, de estudantes bolsistas; d) a liderança de seus docentes como dirigentes de associações científicas da área e a coordenação de projetos multi-institucionais; e) a participação de seus como membros titulares em conselho e entidades nacionais públicas ou privadas de interesse social; f) a realização de consultorias voltadas à implementação de políticas públicas junto a populações em condição de vulnerabilidade.